

EDITORIAL

Os artigos apresentados nessa edição foram aprovados no sistema *fast-track* do III Seminário da Pós-Graduação em Gestão de Serviços de Saúde, uma realização do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Serviços de Saúde, da Escola de Enfermagem (EE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Eles estão articulados a duas linhas temáticas: Política, planejamento e avaliação em saúde; e Tecnologias gerenciais em saúde. O evento online aconteceu nos dias 7 e 8 de novembro de 2022 e em sua terceira edição teve como tema “GESTÃO EM SAÚDE: LIÇÕES APRENDIDAS, INOVAÇÕES E ESTRATÉGIAS PARA ATUAÇÃO”.

A Gestão em Serviços de Saúde no Brasil trata do planejamento, elaboração e avaliação de políticas, e também da organização e controle dos processos de trabalho nas organizações de saúde com foco na gestão de pessoas, finanças, logística e educação permanente. Isso para oferecer serviços seguros e efetivos, para os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) e na Saúde Suplementar.

São muitos os desafios enfrentados na garantia de um serviço de saúde de qualidade, universal, integral e equitativo, tais como as disparidades socioeconômicas e regionais que restringem o acesso, sendo necessário melhorar a condição de vida de grande parte da população brasileira. Ao mesmo tempo, novos problemas de saúde emergem em função de mudanças sociais, ambientais e tecnológicas. A gestão de um sistema público complexo e descentralizado como o SUS acarreta, inevitavelmente, conflitos e contradições. O desafio é tanto político quando econômico e social, e sua superação requer a participação ativa da sociedade, na perspectiva de assegurar o direito à saúde para toda a população brasileira.

Os diferentes modelos de assistência e a maior competitividade entre os prestadores de serviços estão possibilitando o desenvolvimento dos mais variados tipos de estratégias e de intervenções, a partir de novas ferramentas gerenciais, do uso das novas tecnologias de informação e da inteligência artificial, trazendo benefícios diretos e indiretos para a assistência à saúde. Importante lembrar que a garantia de um serviço de qualidade passa também pela educação permanente, pelo desenvolvimento de competência que preparem os profissionais de saúde para a implementação de novos modelos de cuidados centrados no paciente, pela gestão da qualidade da assistência, por meio novos protocolos assistências que eliminem os riscos à segurança do paciente, e também por transparência e ética na gestão do cotidiano das organizações e de suas equipes. Condições inadequadas de trabalho geram situações como sobrecarga, problemas de relacionamentos, acúmulo de trabalho e falhas na comunicação, que comprometem o processo de recuperação. O papel da academia e das agências financiadoras de pesquisas é cobrir essas lacunas, fornecendo aos gestores e suas organizações informações e conhecimentos que possibilitem a tomada de decisões informadas por evidências e que propiciem soluções inovadoras.

Um exemplo disso é o trabalho de autoria de Flávia Lúcia da Silva Colares, Mônica Viegas Andrade, Kenya V. M. de S. Noronha e André Soares Santos, intitulado “USO DE FERRAMENTA TDABC PARA SUBSIDIAR AS DECISÕES DOS GESTORES DE SAÚDE”, que aborda a questão dos valores pagos pelo SUS por procedimentos de extrema relevância, podendo comprometer a sobrevivência das instituições de saúde. O estudo teve como objetivo estimar os custos deste procedimento em dois hospitais públicos brasileiros e concluiu que em relação ao reembolso SUS, o valor estipulado para toda a internação hospitalar não seria



suficiente, sequer, para cobrir os custos previstos. O procedimento se encontra incorporado ao SUS desde 2008, porém, precificado até dezembro de 2020, unicamente como método diagnóstico e reembolso, tanto para a modalidade diagnóstica quanto para a terapêutica. Apesar dessa última ser, sabidamente, associada a maior tempo e maior consumo de acessórios de alto custo. Adicionalmente, os autores concluem que uma remuneração adequada e controle dos custos devem ser estabelecidos para que se garanta acesso a este importante recurso terapêutico, e que o TDABC fornece um plano para ajudar os provedores a tomarem decisões conscientes dos custos e implementar e gerar maior eficiência.

O artigo escrito por Caroline Schilling Soares, Mirela Castro Santos Camargos e Kenya Valéria Micaela de Souza Noronha, também aborda o importante tema ‘financiamento de programas vinculados ao SUS’, como o Programa Previne Brasil. Um financiamento específico para a Atenção Primária à Saúde (APS) foi estabelecido em 1998, mediante criação do Piso da Atenção Básica (PAB), que era composto por uma parte fixa (PAB Fixo) calculada pelo número de habitantes de um município, e outra variável (PAB Variável) para o desenvolvimento de ações estratégicas. Em 2019 o Ministério da Saúde definiu um novo modelo de financiamento, denominado Programa Previne Brasil, composto por Capitação Ponderada, Pagamento por Desempenho e Incentivo para Ações Estratégicas. Sob título “FINANCIAMENTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE E OS RESULTADOS DOS COMPONENTES DO PROGRAMA PREVINE BRASIL EM MINAS GERAIS”, a pesquisa analisou os resultados alcançados pelos municípios do estado de Minas Gerais quanto ao cadastro da população, os indicadores de saúde e a adesão às ações e programas estratégicos antes e após a instituição do Programa Previne Brasil. Os dados foram coletados por município, para o 3º quadrimestre dos anos de 2018 a 2021, e revelam que mediante incorporação da Capitação Ponderada houve aumento importante do cadastro da população em praticamente todas as macrorregiões de saúde de Minas Gerais. Com relação aos indicadores de Pagamento por Desempenho, houve uma melhora gradual ao longo do período analisado, apesar de todos os indicadores apresentarem resultados muito abaixo das metas estabelecidas. Por fim, a substituição do PAB Variável pelo Incentivo para Ações Estratégicas mostrou que algumas equipes importantes deixaram de ser custeadas pelo governo federal, algumas ações, programas e estratégia foram mantidas e outras incorporadas.

O envelhecimento populacional é outro tema atual, com forte impacto no funcionamento do SUS e da Saúde Suplementar. As características do envelhecimento populacional são influenciadas pelas desigualdades socioeconômicas e singularidades de cada lugar. No Brasil, o fenômeno tem ocorrido de forma acelerada em função das mudanças do perfil epidemiológico da população, ocasionada pelo aumento da carga de doenças crônicas e incapacidades funcionais, repercutindo nas demandas por atenção à saúde. O artigo intitulado “PERFIL DE USUÁRIOS E PLANEJAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS RESOLUTIVAS: O ATENDIMENTO À SAÚDE DO IDOSO DE BELO HORIZONTE/MG”, escrito por Mariane Coimbra da Silva, Karla Cristina Giacomini e Mirela Castro Santos Camargos teve como objetivo identificar o perfil de usuários atendidos em um Centro de Referência em Atenção à Saúde do Idoso no município de Belo Horizonte, Minas Gerais. Os resultados apontaram que a média de idade encontrada foi de 76,4 anos (variação de 60 a 97 anos), predominando o sexo feminino (72%) e baixa escolaridade (1 a 4 anos), revelando uma feminização da velhice. Os dados revelaram ainda uma prevalência de usuários com depressão, com comprometimento cognitivo e de mobilidade, o que representa um risco elevado para quedas, risco de fragilidade, alta prioridade para acompanhamento geriátrico e vulnerabilidade clínico-funcional. Essa população deverá ser assistida pelas

equipes de saúde da família, multidisciplinares e intersetoriais, abarcando ações de cuidado integral, além de planos de cuidados personalizados, sendo necessárias estratégias de qualificação dos profissionais da rede de atenção à saúde, como de seus cuidadores e familiares.

A qualificação das equipes de saúde por meio do desenvolvimento de competências é o tema do artigo escrito por Patrícia Lourdes Silva, Adriane Vieira e Maria Clara Rodrigues de Paula: “GESTÃO DE COMPETÊNCIAS DAS EQUIPES DE SAÚDE PARA O CUIDADO CENTRADO NO PACIENTE”. O modelo de assistência denominado cuidado centrado no paciente tem sido gradualmente incorporado pelas organizações de saúde brasileiras, entendendo-se que não se deve reduzir a pessoa aos seus sintomas e/ou doenças, e que o cuidado exige uma abordagem holística. Para que ele se torne realidade mudanças na cultura das profissões e das organizações são necessárias, bem como o desenvolvimento de novas competências. O objetivo do estudo foi analisar a capacidade da equipe de profissionais da saúde de um hospital privado prestar o cuidado centrado no paciente, por meio da autoavaliação de suas competências. O instrumento Cuidado no Diálogo - Escala de Competências foi respondido por 1262 profissionais de saúde e revelou que as competências relacionadas ao cuidado centrado estão sendo colocadas em ação, porém, algumas ações ainda precisam ser aperfeiçoadas, como a comunicação, o diálogo e a gestão compartilhada do cuidado. Os autores apontam para a necessidade de educação permanente das equipes clínicas, e apontam que a consciência da necessidade de melhoria deve ser um pré-requisito para a mudança de comportamento.

“GESTÃO DAS EQUIPES DE ENFERMAGEM: VALIDAÇÃO DE UM MANUAL EM AMOSTRAS DE CORDÃO UMBILICAL” foi o trabalho produzido por Júnia Gonçalves de Almeida Quintão, Isabelle Raymundo Marchito, Natany de Oliveira Pazini e Karla Rona da Silva. A pesquisa trouxe como diferencial a elaboração e validação de um manual para a coleta de amostras de sangue de cordão umbilical, para fins de exames laboratoriais em recém-nascidos. Trata-se de um instrumento educacional, que para ser utilizado precisa passar por diversas fases de construção e validação, começando pela escolha dos especialistas. O estudo foi realizado em uma maternidade privada de cuidados terciários, que atende pacientes do sistema suplementar de saúde no Município de Belo Horizonte, Minas Gerais. A população do estudo foi composta por 40 membros da equipe de enfermagem lotada no bloco obstétrico e centro de parto normal da maternidade, envolvida no cuidado, parto e nascimento, e também, 7 especialistas eleitos a partir da *expertise* no tema. Os autores argumentam que o manual gerado é uma estratégia segura, com potencial de auxiliar na redução da morbimortalidade neonatal e na melhoria dos indicadores assistenciais das maternidades, potencializando a cultura de segurança do paciente. O estudo, portanto, também contribui no sentido de qualificar a prática dos profissionais de saúde, com conseqüente melhoria do atendimento prestado à população.

Por fim, o artigo “COMPLIANCE NA GESTÃO HOSPITALAR: PERFIL HOSPITALAR DA MACRORREGIÃO DE SAÚDE CENTRO EM MINAS GERAIS”, de autoria de Amanda Menezes Oliveira, Keli Bahia Felicíssimo Zocratto, Adriane Vieira e Renato Rodrigues da Silva, também aborda um tema relevante para a gestão em saúde. O *compliance* na saúde diz respeito ao cumprimento de regras e determinações referentes ao segmento, com cada instituição, seja uma clínica médica ou hospital, seguindo políticas internas de acordo com o meio. Seu foco é permitir que sejam combatidos desvios de conduta danosos e comuns a todos os países, tal como a corrupção, servindo como base na padronização mundial de combate às práticas de conflito de interesse. O estudo teve como objetivo descrever o perfil dos Hospitais localizados na macrorregião de saúde

Centro, no Estado de Minas Gerais, que possuem Programa de *Compliance*. Por meio de pesquisa documental foram incluídos no estudo 37 hospitais que contemplavam em seu *website* características de *Compliance*. Os autores concluem pela presença do Código de Conduta e Canal de Denúncias em aproximadamente um quarto das unidades hospitalares, e que isso representa um avanço prático e teórico, ressaltando-se a importância do *Compliance* para evolução da Gestão em Saúde, por meio da transparência.

Conclui-se, assim, a apresentação de seis trabalhos baseados em pesquisas que utilizaram diferentes metodologias, com o objetivo de fornecer as evidências necessárias para a tomada de decisão baseada em um processo informado. Dessa forma a Pós-graduação (PG) no Brasil, fruto de políticas públicas, vem cumprindo seu papel de formar recursos humanos de alto nível, estimular a pesquisa e propiciar a divulgação dos seus resultados e o bom e salutar debate entre acadêmicos, instituições, organizações e sociedade.

Dra. Adriane Vieira